Jornal Anasps

Informativo da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social

número 64 - Ano 11

ANASPS é sucesso

Impresso Especial
5182001-DR/BSB
ANASPS
CORREIOS

Dr. Alexandre Barreto Lisboa, Presidente da ANASPS

Dra. ARegina Parizi, Diretora Executiva da GEAP

STF confirma decisão do TCU: os quintos são devidos

pág. 04

Em defesa da GEAP

pág. 04

Cuidado com os pilantras

Prezado(a)s colegas,

Esclarecemos que toda e qualquer quantia a ser recebida pelo colega, fruto de ação, pecúlio, etc, caso seja real e honesta, a ANASPS será sempre a primeira a informar a seus associados.

Esse esclarecimento é oportuno porque colegas vêm denunciando à ANASPS que pessoas inescrupulosas têm procurado nossos associados (em especial os mais idosos) por telefone, informando que existe uma determinada quantia (quase sempre de valor atraente) destinada ao associado, fruto de um processo qualquer. O recebimento dessa quantia, segundo essa gente, depende de que o colega pague à pessoa que fez o contato um determinado valor, a fim de que ele possa liberar o crédito em nome do associado.

Não pague adiantamento a quem quer que seja!

Fique atento aos informativos da ANASPS, onde você tem sempre informações seguras e corretas sobre os eventuais valores a receber, fruto de ação judicial patrocinado pela associação.

"ATENÇÃO ASSOCIADO"

Nesta edição, em encarte, a ANASPS está encaminhando a cada associado a relação das ações em que se encontra, e, mais do que isso, diversos outros dados sobre o estágio atual dessas ações. É um procedimento que assegura a boa informação e a transparência para o associado, algo que somente a ANASPS consegue fazer. É mais um pioneirismo de sua Associação.

Atualize seu endereço através da nossa página na Internet. Acessando o endereço **http://www.anasps.org.br,** *você clica no Link* **"Filiação /Atualização".** *É só preencher os espaços em branco e enviar. Conectando outro Link,* **"Voz do associado"**, *você dá sua opinião sobre a atuação da ANASPS. Não deixe de participar! Dando sua opinião você exerce o papel de associado. É muito importante para nós!*

EDITORIAL

ANASPS: uma trajetória de êxitos

ANASPS está firmemente estruturada no Executivo, no Legislativo e no Judiciário, conforme vem comprovando nossas diversas atividades ao longo desses anos e que a presente edição do Jornal da ANASPS registra, notadamente em relação às ações judiciais ora descritas, nesta edição.

Vimos procurando manter um relacionamento altamente proveitoso com autoridades administrativas, parlamentares e juizes, calcado na credibilidade pública da Entidade, tendo em mira melhor defender a Previdência Social e seus servidores. Os bons resultados alcançados são o melhor atestado de nossa forma de agir.

A ação **corretiva** da ANASPS, especialmente voltada para garantir os legítimos interesses de seus associados tem tido maior presença em nossos informativos. Mas, paralelamente, desenvolvemos uma atividade vigilante e quotidiana destinada a **prevenir** danos futuros à Previdência Social e aos servidores. Sobre isso é que queremos falar, hoje.

Está em curso, na Câmara Federal, uma Proposta de Emenda Constitucional – PEC 157/03, de autoria do dep. Luiz Carlos Santos e outros, que "convoca Assembléia de Revisão Constitucional e dá outras providências". Pelo texto, a próxima legislatura, a ser eleita em outubro do corrente, exerceria a partir de 1º de fevereiro de 2007, durante 12 meses, as atribuições de revisão da Constituição Federal de 1988, em apenas um ato, mediante o quorum de maioria absoluta (metade dos parlamentares mais 1). Na justificativa da PEC está dito, com todas as letras, que se pretende "limpar" a Constituição, retirando dela tudo aquilo que deveria ser regulado por lei (ordinária ou complementar), ressalvando apenas os direitos e garantias individuais de que trata o inciso IV, art. 6º, da Constituição Federal.

> "A ação corretiva da ANASPS, especialmente voltada para garantir os legítimos interesses de seus associados tem tido maior presença em nossos informativos"

A Comissão Especial constituída na Câmara para examinar a PEC 157/03 tem como presidente o deputado Michel Temer (PMDB-SP), presidente do Partido, e como relator o deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). Os demais membros são em sua grande maioria integrantes da Comissão de Constituição e Justiça da Casa, o que deixou patente a intenção de ver aprovada a PEC que mereceu, inclusive, o apoio explícito do presidente do STF, Nelson Jobim, e do ex-presidente da República, José Sarney.

A partir dessas evidências, a ANASPS de imediato se mobilizou, pois, certamente, o que se pretende é cassar direitos dos servidores e dos trabalhadores e já existe uma grande campanha da imprensa contra os gastos com pessoal e com as despesas previdenciárias. Tudo isso representa um quadro extremamente preocupante e toda mobilização deve ser empreendida no sentido de obstaculizar essa pretensão de minar a previdência pública e de reduzir gastos sociais do governo.

No primeiro momento, a mobilização da ANASPS, secundada por outras entidades, teve um bom efeito, eis que o relator, dep. Roberto Magalhães, propôs emenda modificativa que impede a Revisão Constitucional de " revogar ou restringir os direitos sociais" previstos na Constituição. Já é alguma coisa, mas queremos muito mais.

A ANASPS está atenta à gravidade da matéria e temos todos de cerrar

EXPEDIENTE

Jornal ANASPS - Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social

SCS Qd. 01 Bloco "K" nº 30 Salas 1.001/1.004-Ed. Denasa-CEP: 70.398-900-Tel: (061)3321-5651 Fax: (061)3322-4807/**Internet:** www.anasps.org.br/ **e-mail:** anasps@anasps.org.br / **Editado** pela Assessoria de Comunicação da ANASPS / Jornalista Responsável: **Serra Gurgel** / Projeto Gráfico,Editoração e Impressão: **BEST GRAFF** / Tiragem: **55.000 exempla-**

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Alexandre Barreto Lisboa (RJ)
Vice-Presidente de Política de Classe
José Júlio Martins de Queiroz (BA)
Suplente
Miguel de Brito Guimarães Filho (MG)
Vice-Presidente de Aposentados e Pensionistas
José Luiz Francisco (SP)
Suplente
Elzuíla da Silva Ferreira (PI)
Vice-Presidente de Adm. Financeira
Paulo César de Souza (SC)
Suplente
Djair da Silva Pinto Filho (PB)
Vice-Presidente de Patrimônio
Joaquim José de Carvalho (CE)
Suplente
Circe Noeli Severo (RS)
Vice-Presidente de Comunicação Social
Francisco das Chagas Câmara Rayol (DF)
Suplente
José Gonçalves Campos (AM)
Vice-Presidente de Relações Parlamentares
José Mário Teperino (RJ)
Suplente
Cauby de Sá Palmeira (RJ)
Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos
Elienai Ramos Coelho (DF)
Suplente
Maria Célia Abreu Jardim (ES)
Vice-Presidente de Serviços Assistenciais
Luiz Augusto do Espírito Santo (GO)
Suplente
Rusemberg de Lima Costa (AC)
Vice-Presidente de Cultura e Lazer
Verônica Maria Monteiro da Rocha (RJ)
Suplente
Maria Leide Câmara de Oliveira (RN)

Conselho Fiscal
Presidente
Elizabeth Custódio (DF)
Membros
Márcia Regina Horta Piva (SP), João Ricardo Arcoverde Moraes (DF)
Suplentes
Ana Cristina Evangelista (DF), Suzana Esteves Ramos (DF), Justina Conche Farina (MS)

ANASPS é sucesso

pós quase dez anos de dura luta no Judiciário federal, a ANASPS vem obtendo uma sucessão de êxitos tanto ao conquistar a vitória final ("trânsito em julgado") em diversas ações por ela patrocinadas em favor dos associados quanto em agilizar a execução da sentença, um processo antes muito demorado, em razão das inúmeras divergências que surgiam entre os representantes do pagador (órgão ou entidade) e os dos beneficiários.

A ANASPS, mercê de sua credibilidade, vem conseguindo reduzir grandemente esses prazos, mediante acordos entre as partes, inclusive quanto aos valores devidos a cada um dos associados integrantes da ação, o que viabiliza o pagamento com extrema rapidez.

Alguns exemplos recentes mostram o êxito desse procedimento:

1 – Ação do Pecúlio Facultativo da GEAP
Impetrante – ANASPS
Impetrado – GEAP
Assunto – direito à devolução do que foi descontado a maior nas mensalidades do plano de pecúlio facultativo administrado pela GEAP
Beneficiários – cerca de 15 mil associados
Resultado – o pagamento foi realizado em 22 de dezembro de 2005, diretamente na conta de cada associado peculista.
Obs – a ANASPS é a única entidade associativa/sindical a ganhar esse tipo de ação.

2 – Ação dos 28,86% (2ª ação)
Impetrante – ANASPS
Impetrado – INSS
Assunto – direito à correção de 28,86% na remuneração dos associados, concedida na década de 90 aos militares e não estendida aos servidores civis.

O governo propôs acordo administrativo para pagamento dos atrasados em 7 anos, em duas parcelas anuais. Milhares de associados da ANASPS, confiando em sua entidade, não aceitaram o acordo, continuando na ação judicial que, diga-se de passagem, representa ganhos muito mais expressivos.

Beneficiários – cerca de 8,6 mil associados

Resultado – os associados que têm valores a receber **superiores** a 60 salários mínimos (em março, igual a R$ 18.000,00), foram incluídos em precatório para pagamento em 2006. Esses valores já se encontram em conta no Banco do Brasil, vinculada à 6ª Vara da Justiça Federal. A ANASPS está envidando todos os esforços no sentido de que o desbloqueio ocorra ainda este mês, e dará ampla divulgação aos associados. Quando do desbloqueio, o beneficiário poderá sacar diretamente o valor ou transferi-lo para sua conta bancária, devendo comparecer à agência bancária munido de documento de identidade e CPF. Os associados, integrantes da categoria de nível superior, que em dezembro de 1992 estavam na classe A, padrão I, II e III ficarão com seus valores retidos na 6ª Vara da Justiça Federal, até que a juíza decida sobre o pagamento.
A ANASPS, também neste caso, está trabalhando para uma rápida solução.

Aqueles que têm valores iguais ou inferiores a 60 salários mínimos, foram incluídos em Requisição de Pequeno Valor (RPV), contendo, cada uma delas, cerca de 15 beneficiários. Entretanto, as RPV's com previsão para pagamento em 12/05, em razão da correção monetária havida em 11/05, apresentaram vários beneficiários que ultrapassaram o teto de R$ 18.000,00. Neste caso, mesmo contendo um único beneficiário que tenha excedido o teto, a RPV respectiva é toda ela anulada. A ANASPS, diante disso, em 18/11/2005 (7 dias após o cancelamento das RPV's), peticionou à Juíza, em nome dos beneficiários, renúncia expressa dos valores que ultrapassaram o limite de 60 salários mínimos.

A juíza em face disso, solicitou ao TRF a emissão de novas RPV's e, assim que elas forem emitidas, inicia-se a contagem do prazo de 60 dias para pagamento, ocasião em que a ANASPS dará ampla divulgação junto aos beneficiários.

3 – Ação dos 28,86% (5ª ação)
Impetrante – ANASPS
Impetrado – INSS
Assunto – o mesmo do item anterior
Beneficiários – 5ª ação (11 mil associados)
Estágio atual – a portaria que constituiu Grupo de Trabalho para analisar e elaborar os cálculos de liquidação do processo (Portaria Conjunta nº 01/INSS/PRE/PFE, de 21 de novembro de 2005), deverá ter seu prazo estendido, a fim de permitir a elaboração e conclusão dos trabalhos.

4 – Ação dos 28,86% (6ª ação)
Impetrante – ANASPS
Impetrado – INSS
Assunto – o mesmo do item anterior
Beneficiários – (4 mil associados)
Estágio atual – a constituição do respectivo Grupo de Trabalho para analisar e laborar os cálculos dessa ação está prevista para o mês de março. Assim que tivermos conhecimento dos valores individuais a receber, informaremos aos beneficiários, por carta.

A ANASPS continua vigilante no sentido de que tudo ocorra com a maior presteza possível.

Vale lembrar, também, que nossas ações judiciais, além de não sofrerem as danosas protelações por divergências entre as partes litigantes, são aquelas que apresentam os melhores valores para os

STF confirma decisão do TCU: os quintos são devidos

gora não mais cabe recurso protelatório do governo: o STF, por voto do ministro Eros Grau, negou seguimento ao mandado de segurança impetrado pela União contra decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que reconheceu a legalidade da incorporação aos vencimentos dos servidores federais das parcelas de "quintos" e "décimos", no período compreendido em 09/04/1998 e 04/09/2001.

É uma grande vitória da classe e, neste episódio, fica o nosso registro de parabéns aos ministros do TCU e ao ministro Eros Grau do STF que, apoiados na lei, enfrentaram toda a sorte de pressões, mas decidiram a favor dos servidores, o que deve ser exaltado nesses tempos de "vacas magras".

Quem quiser mais detalhes sobre essa feliz decisão pode consultar o site da entidade (www.anasps.org.br), ANASPS ON LINE (ed. nº 515, de 19/02/06) e ON LINE EXTRA (ed. nº 516, de 21/02/06).

Em defesa da GEAP

Tribunal de Contas da União decidiu que a GEAP pode manter convênio de prestação de assistência à saúde aos servidores (e seus dependentes) pertencentes aos orgãos que estavam em sua composição, quando foi criada na década de 1990. Para os demais orgãos, ela teria que concorrer com os outros planos e seguros de saúde, mediante licitação pública.

A ANASPS, desde muito, vinha tentando sensibilizar os ministros do TCU para a importância de se permitir que essa competição ocorresse apenas entre as entidades federais da modalidade autogestão (caso da GEAP e da ASSEFAZ, por exemplo) da União. Infelizmente, não tivemos êxito, embora o valioso apoio que obtivemos do ministro Ubiratan Aguiar, sempre sensível aos nossos legítimos pleitos.

O ministro-relator da matéria, Walmir Campelo, em que pese a maneira cordial com que recebeu a ANASPS, tinha posição contrária ao nosso entendimento, no que foi acompanhado pelo Tribunal.

Contra a decisão do TCU, diversas entidades de servidores públicos federais ingressaram com mandato de segurança, tendo o ministro Carlos Ayres de Britto concedido a liminar que mantem os convênios entre a GEAP e diversos órgãos da Administração Federal.

A Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, diante disso, está se dirigindo a esses órgãos autorizando a renovação dos contratos que se encontravam vencidos e mantendo devidamente o atendimento à saúde dos servidores e seus dependentes junto à GEAP.

Paralelamente, a ANASPS está batalhando no Senado Federal para que seja aprovado o art. 9º do Projeto de Conversão da MP nº 272, aditado pelo relator, dep. Nelson Pellegrino, em que se propõe exatamente o que vínhamos defendendo junto ao Tribunal de Contas da União.

O Relator da matéria, Senador Sérgio Guerra, bem como a liderança do governo no Senado, estão tentando uma solução que atenda à GEAP e outras autogestões em saúde federais, mas que não possa ensejar recurso ao Judiciário, contra o referido artigo, pelas outras modalidades de planos e seguros privados de assistência à saúde.

A ANASPS ressalta, nesta oportunidade, o trabalho incansável desenvolvido pela Diretora-Executiva da GEAP, dra. Regina Parizi, que está conseguindo reverter uma situação absolutamente adversa para o futuro da GEAP. Com visão de futuro, destemor, ante os obstáculos colocados pelos que querem a GEAP fora do "mercado da saúde", movimentou-se com rapidez, quando eles já cantavam vitória, obteve com o apoio da entidades de classe uma surpreendente vitória no Supremo e se prepara para conquistar outra no Congresso, que acabará com o quadro de incerteza e dará fôlego à GEAP para continuar assistindo aos servidores. É uma mulher determinada e uma administradora competente que está redefinindo, com brilho, o papel e a missão institucional da GEAP.

A luta pelo reajuste salarial

governo, ao encaminhar ao Congresso Nacional a proposta do Orçamento da União para 2006, previu uma dotação orçamentária para reajuste salarial dos servidores de apenas R$ 1,5 bilhão, ou seja, um aumento geral de apenas 1,6%, a terça parte da inflação do período.

Desde que a peça orçamentária começou a tramitar na Comissão Mista de Orçamento, a ANASPS diligenciou junto a parlamentares integrantes da Comissão no sentido de que a parcela fosse suficientemente aumentada para, pelo menos, cobrir a taxa de inflação de 2005, impedindo que os servidores, uma vez mais, tivessem perda real de salários.

A pressão exercida pelas entidades conseguiu algum sucesso, embora ainda não o desejado. O relator geral da Comissão, dep. Carlito Mers (PT-SC), mediante alteração entre as diversas dotações, elevou para R$ 5,1 bilhões a verba para o reajuste do funcionalismo este ano. Não é o que queríamos, mas,

Novas ações Judiciais

ANASPS não pára: foram protocoladas na Justiça Federal, 5 (cinco) novas ações judiciais visando defender os legítimos interesses dos associados. São elas:

1 – **PASEP** – pleiteando a correção monetária incidente sobre o saldo do Pasep do servidor nos meses de janeiro de 1989 e de abril de 1990.

2 – **Jornada de Trabalho** – visando à manutenção, para os nossos associados em atividade, da jornada diária de 6 (seis) horas.

3 – **Analistas e Técnicos** – pedindo o enquadramento dos servidores do INSS nos cargos de Analista (nível superior) e Técnico (nível médio), conforme o caso.

4 – **GDASST** – pagamento integral da Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalho – GDASST aos associados aposentados/pensionistas.

5 – **GDATA** – exigência de pagamento integral da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa – GDATA aos aposentados e pensionistas, nossos associados.

6– **Contribuições previdenciárias dos aposentados e pensionistas** - Suspensão do pagamento da contribuição e devolução do que já foi pago tendo em vista a falta de regulamentação da cobrança.

Novos cargos para os previdenciários

omo dissemos, a ANASPS luta em todos os campos onde estejam presentes os interesses da Previdência Social e de seu valoroso corpo de servidores.Todas as oportunidades vêm sendo aproveitadas no sentido de marcar nossa posição visando ao fortalecimento conjunto do órgão e da classe previdenciária.

Ao projeto de lei que cria a Secretaria da Receita Federal do Brasil, ora tramitando no Senado Federal, a ANASPS apresentou diversas emendas, a saber:

- propondo a criação do cargo de **Auditor da Previdência Complementar** (400vagas), no Ministério da Previdência Social, com as atribuições de proceder a auditoria das entidades mantenedoras de fundos fechados de previdência complementar, bem como dos fundos dos regimes próprios da previdência social dos servidores públicos;
- propondo a criação, no INSS, de 1000 (mil) cargos de **Auditor de Benefícios Previdenciários**, com atribuições, entre outras, de exercer controle sobre a concessão e a manutenção dos benefícios previdenciários a cargo da autarquia;
- assegurando ao servidor administrativo do INSS, prestando serviços à Secretaria da Receita Federal do Brasil, o direito de opção ao retorno à situação de origem, caso lhe seja conveniente;
- impedindo a transferência de patrimônio imobiliário da Previdência Social para o Ministério da Fazenda;
- propondo um mecanismo de fiscalização no MPS capaz de exercer controle sobre os lançamentos contábeis efetuados, relativamente à arrecadação das contribuições previdenciárias;
- mediante emenda substitutiva, propõe a criação, no Ministério da Previdência Social, dos seguintes órgãos:

a - Secretaria da Receita Federal da Seguridade Social;

b - Procuradoria Geral da Seguridade Social.

A emenda tem como escopo fortalecer a estrutura do MPS, objetivando que ele represente o ministério-síntese da Seguridade Social brasileira, tão desejada pelos constituintes de 1988, abortada pela ambição desmesurada da área econômica.

As emendas da ANASPS estarão sendo assinadas por diversos senadores.

Durante a tramitação da matéria na Câmara Federal a ANASPS teve o apoio de diversos deputados, que propuseram mudanças no texto, segundo solicitação da Entidade e, mais do que isso, fizeram discursos contundentes contra o projeto de lei, a partir de elementos fornecidos pela ANASPS.

Nesse episódio, a Associação esteve lutando contra a maré, eis que foi muito forte a pressão do governo para a aprovação da matéria, o que acabou ocorrendo por larga margem.

Mas, a posição contrária da ANASPS foi bastante enfatizada por um grupo de parlamentares, a quem apresentamos nossos agradecimentos. São eles, entre outros: Luciana Genro (PSOL-RS) Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Carlos Mota (PSB-MG) e João Alfredo (PSOL-CE).

FALE CONOSCO / DIRETORIAS ESTADUAIS

ACRE ***Rusemberg de Lima Costa**
End/Trab- Av. Getúlio Vargas 1273 – 4º andar sl. 408 Bosque Rio Branco – AC CEP 69.908-650 Tel: (68) 212-1142 Fax (68) 3212-1144

ALAGOAS ***Mercia Maria Malta Oliveira Santos**
End. Rua Desembargador Artur Jucá 76 – Centro Macéio-AL CEP 57.020-640 Tel: (82) 326-0076 Fax: (82) 3326-9036

AMAPÁ ***Renilda Cantuária de Siqueira Pinto**
End. Rua Tiradentes 1335 1º andar - Trem Macapá – AP CEP 68.900-120 Telefax: (96) 3222-5988

AMAZONAS ***José Gonçalves Campos**
End. Av. Eduardo Ribeiro, 520 Ed. Shopping Center 9º andar sala 901 - Centro Manaus – AM - CEP: 69.010-901 Tel: (92) 3233-7731

BAHIA ***José Júlio Martins de Queiroz**
End: Rua Conselheiro Dantas, 2224 Ed. Bradesco - Sala 504 Comércio Salvador – BA CEP: 40.015-070 Telefax: (71) 3326-7648

CEARÁ ***Joaquim José de Carvalho**
End: Rua Barão do Rio Branco 1236 1º andar salas 104/106 Cond. Centro Comercial Tomé Aguiar - Centro Fortaleza – CE CEP: 60.025-061 Tel: (85) 3226-0892 Fax (85) 3221-1238

ESPÍRITO SANTO ***Maria Célia Abreu Jardim**
End. Rua José Alexandre Buaiz, 190 sala 1604 Torre Norte Ed. Master Tower - Enseada do Suá - Vitoria - ES CEP: 29.055-221 Tel: (27)3345-6525 Fax: (27)3345-6668

GOIÁS ***Marlene Nogueira Viscal Rocha**
End: Av. Anhanguera, 3712 - 13º andar - sala 1303 - Ed. Palácio do Comércio, Centro - Goiânia – GO CEP: 74.010–010 Tel/Fax (62) 3223-4527

MARANHÃO
Maria do Socorro Lemos Barreto - End. Rua Santaaninha nº 170 Centro - São Luis - MA - CEP.: 65.010-850 Fone: (98) 3232-1291 Fax: (98) 3232-5410

MINAS GERAIS ***Miguel de Brito Guimarães Filho**
End. Rua Espirito Santo 466 salas 1606/1608 Ed. Hércules Centro - Belo Horizonte – MG CEP: 30.160-030 Tel: (31) 3213-8119 Fax: (31) 3213-8120

MATO GROSSO DO SUL ***Justina Conche Farina**
End: Rua 26 de agosto 384 14º andar sls 142/ 148 Centro Campo Grande – MS CEP: 79.002-913 Tel: (67) 3383-5296 Fax: (67) 3324-7375

MATO GROSSO ***Maria Tereza de Morais Zanchin**
End: Av. Getúlio Vargas, 553, 11º andar – Centro Cuiabá – MT CEP: 78.005-370 Tel/fax: (65) 614-4215

PARÁ ***Maria Sodrelina das Neves Monteiro**
Travessa Dr. Moraes, Esquina Av. Nazaré, anexo Ed. Costa e Silva 7º andar sls. 703/706 Belém-PA CEP: 66.035-080 Tel/fax (91) 3223-7328

PARAÍBA ***Djair da Silva Pinto Filho**
End. Av. Guedes Pereira, nº 55 4º andar sls. 404/406 Ed. Oriente Center João Pessoa – PB CEP: 58.010-810 Tel/fax: (83) 3221-7123

PARANÁ ***Marília Luzia Martins Dias**
End. Rua João Negrão nº 45, 9º andar sala 933 - Centro Curitiba – PR CEP: 80.010-200 Tel/fax: (41) 3225-6967

PERNAMBUCO ***Noé de Paula Ramos Júnior**
End: Rua Radialista Amarilio Niceas, nº 103 Santo Amaro - Recife-PE CEP 50.040-040 Tel. (81) 3221-8219 Fax: (81) 3221-4894

PIAUÍ ***Elzuíla da Silva Ferreira**
End: Rua Simplício Mendes, 747, Centro Norte Teresina - PI CEP: 64.000-110 Tel/fax: (86) 3221-4058

RIO DE JANEIRO ***Manoel Ricardo Palmeira Lessa**
End: Av. Presidente Vargas nº 529 sls 1801/1803 18º andar Centro Rio de Janeiro – RJ CEP: 20.071-003 Tel/fax: (21) 32252-6159

RIO GRANDE DO NORTE ***Maria Leide Câmara de Oliveira**
End. Rua Almirante Ary Parreiras, 1402 – Alecrim Natal – RN CEP: 59.040-220 Tel. (84) 3213-3786 Fax: (84) 3213-3929

RONDÔNIA ***Maria das Graças Leite Viana Galvão**
End: Av. 07 de Setembro 1071/1083 sl. 27 da Galeria Central 1º andar Centro, Porto Velho – RO CEP: 78.900-005 tel: (69) 3223-7990 - fax: (69) 3223-7990

RIO GRANDE DO SUL ***Circe Noeli Severo**
End: Av. Senador Salgado Filho, 94 Sala 7017º andar centro - Porto Alegre - RS CEP: 90.010-220 Tel/ANASPS: (51) 3225-9611 Fax: (51) 3286-7277

RORAIMA ***Lindaura Ferreira Mota**
End: Av. Glaycon de Paiva, 86 (INSS) Centro, Boa Vista – RR CEP: 69.301-250 Tel: (95) 3623-0700 ramal 1269 Fax: (95) 3623-0706

SANTA CATARINA ***Paulo César Rios**
End: Av. Osmar Cunha 183 Bl. B sala 1110 Ed. Ceisa Center Florianópolis – SC CEP: 88.015-900 Tel/fax: (48) 3223-6813

SERGIPE ***José Roberto Actis Leal**
End: Rua São Cristovão, 270 - Ed. Santana - 1º andar Centro - Aracajú – SE CEP: 49.010-380 Tel: (79) 3214-0110 Fax: (79) 3211-4042

SÃO PAULO ***Maria Alice Cristina Amorim Catunda**
End: Rua 24 de maio nº 35 12º andar Salas 1201/1202 São Paulo-SP CEP 01.041-001 Tel: (11) 2322-4736 Fax: 2321-1680

TOCANTINS ***Wilian Oliveira Luz**
Quadra 110 Norte Alameda 23 Lote 35 – Plano Diretor Norte Palmas-TO CEP 77.006-146 Tel: (63) 3215-5720

DISTRITO FEDERAL ***Elienai Ramos Coelho**
SCS Qd. 01 Bloco "K" nº 30 Ed. Denasa 10º andar - Salas 1.001/1.004 Brasília-DF - CEP: 70.398-900 Telefone: (61) 3321-

O espetáculo da corrupção

Paulo César de Souza (*)

povo vê estarrecido o tão propalado espetáculo do crescimento, transformar-se em espetáculo da corrupção.

Há uma frustração coletiva. O governo é ruim, a oposição é ruim. Os poderes da República estão contaminados. Executivo, Legislativo e Judiciário navegam no mar da mediocridade. Há nove meses que o governo se debate com sua própria morte. Um show de mentiras que esconde o submundo que o sustenta. Para onde olhamos, não vemos o que só o Presidente vê: progresso e desenvolvimento. Enxergamos o que o brasileiro comum enxerga, desesperança, desilusão, incertezas.

Os 10 milhões de empregos, que seriam criados, viraram primeiro emprego para menores, para ex-recrutas das forças armadas, mas não empregou ninguém. A promessa que foi bravata agora é piada de mau gosto. Os arautos do Planalto saíram de trombetas negando que o programa de governo tivesse essa meta. Aí, descobrimos que não tinha programa de governo, só um esboço de "planu de pudê", elaborado pelos camaradas Fidel, Dirceu e Chavez.

A segurança pública está totalmente sucateada (polícias federal, civil, militar); Exército, Aeronáutica e Marinha estão comprando navios e aviões fora de moda e armamento sucateado. Enquanto ladrões e traficantes usam armamento e carros de ultima geração, as polícias estaduais continuam andando de Fiat uno e revólver calibre 38. Eles têm telescópio e satélite, as polícias não saíram da era do binóculo. Eles prometem milhões no aliciamento de criminosos, as policias recebem salários miseráveis, expostos – eles, famílias, mulheres e filhos – à crueldade dos que não tem um pingo de respeito à vida humana. A Federal enfrenta muitas dificuldades operacionais e patrulhamento político.

Sem um programa decente para o sistema carcerário os fernandinhos beira-mar andam de prisão em prisão colocando em risco a vida de inocentes, pois a possibilidade de se resgatar o bandido é sempre iminente. Além das penitenciárias e cadeias superlotadas há os milhares de mandados de prisão não cumpridos por falta de vagas.

Nossa educação vai de mal a pior, as universidades federais gratuitas que deveriam oferecer educação e pesquisa, de excelência e vanguarda, são grandes sucatas com o quadro de professores – muito aquém das necessidades - recebendo salário abaixo do mercado. A invasão de faculdades particulares com ensino de baixa qualidade é impactante, oferecendo vagas e catando incautos alunos pelos meios de comunicação.

A saúde está totalmente enferma. Entra ministro e sai ministro, cada um pior que o outro, não sabe o que fazer para atender a população doente de milhões de miseráveis que procuram o sistema SUS. As marcações de consultas e exames levam no mínimo de 8 a 10 meses, o sistema não tem fila em postos, no entanto a fila é silenciosa, pois está nos computadores do Ministério. Estados e municípios conspiram contra o SUS e o povão sofre. O seguro saúde, criado para ser uma solução da classe média, se transformou em problemão para os 51 milhões de usuários. Os médicos, com dez empregos, cuidam das contas bancárias e estas dos doentes, hospitais, ambulâncias, postos. Etc.

> **"Os mais de 100 bilhões arrecadados por ano na Previdência são dos segurados e não do governo. Não são impostos, mas contribuições."**

Os nossos aposentados e pensionistas não sabem mais a quem recorrer. Já são os novos vilões do déficit de R$ 50 bilhões previsto para 2006 e dos R$ 130 bilhões da era Lula. O governo quer colocar todos nos precatórios, e retardar os pagamentos dos passivos judiciais. As promessas viraram bravatas. Há velhinhos na fila para serem recadastrados, aposentadorias achatadas pelo fator previdenciário, diminuição de postos de atendimento por absoluta falta de funcionários. A previdência não cobra dos caloteiros, por falta de procuradores, só fiscaliza 0,78% das empresas por falta de auditor fiscal e a sonegação come solta. Um grande incêndio queimou os processos dos devedores (como se para cobrar fosse necessário processo) e os ratos saíram dos porões do INSS para invadir a Controladoria Geral da União que fica ao lado...

No entanto com a voracidade do PT em arrecadar sempre mais, por dutos diversos, criaram mais impostos elevando a carga tributária e tentam levar a receita previdenciária para a Fazenda. O governo aplicaria um golpe: o dinheiro terá hora para ir, mas não terá para voltar. Os mais de 100 bilhões arrecadados por ano na Previdência são dos segurados e não do governo. Não são impostos, mas contribuições. Com a implosão do conceito (princípio) da receita vinculada morrerá um dos pilares do ideal previdenciário, do "wellfare state", do pacto de gerações, da segurança social, do amparo e da dignidade na velhice. Não estamos totalmente livres do abuso desta escumalha que levará para a Receita Federal, além de mesas, cadeiras e computadores, os 3.500 auditores fiscais e 2.500 funcionários. A Previdência social pública estará acabando e o que restar será privatizado.

Os três poderes estão podres, as pizzas do Congresso enviadas ao Supremo apodreceram também nosso "guardião da constituição". A chuva de habeas corpus, dos mandados de segurança e de salvo-condutos para assegurar a mentira premiada estabeleceu o elo com o crime organizado e toda a avalanche de corrupção na República.

No quesito corrupção não precisa nem elencar mensalão, valerioduto, compra de camisetas com pagamento em dinheiro sem comprovação, propina nos Correios, na Petrobrás, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica, empréstimos nos bancos ligados ao governo sem o devido pagamento, abertura de empréstimos com desconto em folha dos aposentados endividando os velhinhos em R$ 11 bilhões. Anteciparam o pagamento da dívida com o FMI e deram dinheiro do povo aos bancos que nos últimos anos tiveram crescimento de milhões de reais, enfim o espetáculo do crescimento virou espetáculo da corrupção, da incompetência e da maldade.

Mas o bravo e generoso povo brasileiro tem esperança . Não se deixa abalar pelo ciclo de mediocridade que nos atingiu. O país e a nação são maiores que seus poderes institucionais. São maiores do que a crise moral. Os partidos tradicionais faliram na condução do Estado e do governo. Os novos partidos se corromperam e fraudaram seus ideais. Costumamos dizer que DEUS É BRASILEIRO. Sou obrigado a acreditar que sim. Não só eu, mas significativa parcela dos brasileiros que temos compromissos diários a saldar com nossos

(*) Paulo César de Souza é vice – presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social-ANASPS.